



Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana

Autorizada pela Portaria Ministerial nº 552 de 22 de março de 2001 e publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2001.
Endereço: Rua Juracy Magalhães, 222 – Ponto Central - CEP 44.032-620 - Feira de Santana-Bahia
CGC: 01.149.432/0001-21
Telefax: (75) 3616-9451
Site: www.fat.edu.br
E-mail: fat@fat.edu.br

EMENTA / PROGRAMA DE DISCIPLINA

CURSO	ANO / SEMESTRE LETIVO
Administração	2016.1
DISCIPLINA	CÓDIGO DA DISCIPLINA
Orçamento e Administração das Finanças Públicas	ADM 081
CARGA HORÁRIA	SEMESTRE DE OFERTA
68h.	8º

EMENTA

Introdução à Ciência das Finanças. O Setor Público da Economia. As atividades Financeiras do Estado. Fenômenos Financeiros. A Renda Nacional. Formação e Gasto. Controle Estatal. Despesa Pública. Receita Pública. Elaboração, execução, controle e avaliação do Orçamento Público. Lei dos Dispendios Crescentes. Dívida Pública. O Sistema Financeiro. Déficit Público. Mecanismos de Controle.

OBJETIVOS

Proporcionar conhecimentos básicos na área de Finanças Públicas, levando o aluno a compreender o desempenho da economia e as medidas de política econômica, em especial as políticas fiscal, monetária e cambial e os mecanismos de financiamento da atividade estatal.

PERFIL DO EGRESSO

O curso de Administração da FAT objetiva a formação de um profissional generalista-humanista capaz de empreender transformações com competência técnico-científica, com espírito crítico, lógico e analítico; com atitudes e habilidades centradas em aspectos como: flexibilidade; capacidade de trabalhar em equipe, norteadas pelo princípio da alteridade; responsabilidade ética; visão sistêmica e multidisciplinar; adaptabilidade; capacidade analítica para implementar ações inovadoras e criativas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I UNIDADE

1. Administração das Finanças Públicas

1.1 Conceitos

1.2 Teoria das Finanças Públicas

1.3 Política Fiscal

1.4 Financiamento dos Encargos do Governo

1.5 Sistema Tributário Brasileiro

1.6 Sistema Financeiro Brasileiro

1.7 Federalismo Fiscal

1.8 Reforma Tributária

1.9 Financiamento das Políticas Públicas no Brasil

1.10 Ética no Serviço Público

2. Administração Pública

2.1 Conceito

2.2.1 Estrutura da Administração Pública

2.2.2 A Administração Direta e Indireta

2.2.3 Os Fundos Especiais

2.3 Marcos Legais

2.3.1 Lei Federal Nº 4.320/64

2.3.2 Constituição Federal do Brasil de 1988

2.3.3 Decreto Federal Nº 2.829/98

2.3.4 Portaria Nº 42/99

2.3.5 Lei Complementar Nº 101/2000

2.3.6 Lei Federal Nº 8.429/92

2.3.7 Portaria SDE Nº 51/2009

2.3.8 Decreto Federal Nº 1.171/94

2.4 Planejamento governamental

2.4.1 Política Orçamentária e Processo Orçamentário no Brasil

2.4.2 Orçamento como instrumento de planejamento e controle

2.4.3 Plano Plurianual – PPA

2.4.4 Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO

II UNIDADE

2.4.5 Lei Orçamentária Anual – LOA

2.5 Princípios Orçamentários

2.6 Classificações Orçamentárias

2.6.1 Classificação Programática

2.6.1.1 Programa

2.6.1.2 Tipos de Programa

2.6.1.3 Ação

2.6.1.4 Atividades e Projetos

2.6.1.5 Operação Especial

2.6.1.6 Meta Física

2.7 Receita Pública sob o enfoque orçamentário

2.7.1 Receita Orçamentaria

2.7.1.1 Categoria Econômica da Receita

2.7.1.2 Classificação da natureza da Receita Orçamentária

2.7.1.3 Codificação por natureza da Receita Orçamentária

2.7.1.4 Receita Corrente Líquida (RCL)

2.7.1.5 Classificação da receita orçamentária por destinação de recursos (fontes)

2.7.1.6 Receita Extra orçamentaria

2.8 Despesa Pública sob o enfoque orçamentário

2.8.1 Despesa Orçamentária

2.8.2 Categoria Econômica da Despesa

2.8.2.1 Classificação da Despesa Orçamentária

2.8.2.2 Classificação Institucional

2.8.2.3 Classificação Funcional

2.8.2.3 Classificação Programática

2.8.3 Classificação quanta a natureza da Despesa

2.8.4 Modalidade de Aplicação da Despesa

2.8.5 Elemento de Despesa

2.8.6 Despesa efetiva

2.8.7 Despesa Extra Orçamentária

2.8.8 Despesas de Exercícios Anteriores (DEA)
2.9 Créditos Orçamentários Adicionais
2.9.1 Classificação dos Créditos Adicionais
2.9.1.2 Recursos para abertura dos Créditos Adicionais
3. Diretrizes para combater o conluio entre concorrentes em contratações públicas
3.1 Formas mais comuns de conluio entre concorrentes
3.2 Características dos setores, produtos e serviços que podem ajudar a manter o conluio.
3.3 Lista de questões a considerar na elaboração do processo de contratação pública para reduzir os riscos de conluio entre os concorrentes
3.4 Obter informações antes de estruturar a contratação pública/edital
3.5 Estruturar a contratação pública de forma a maximizar a participação potencial de candidatos que genuinamente concorram entre si
3.6 Definir claramente os requisitos e evitar a previsibilidade
3.7 Elaborar o processo de contratação de forma a reduzir eficazmente a comunicação entre os concorrentes
3.8 Selecionar cuidadosamente os critérios de avaliação e adjudicação das propostas
3.9 Aumentar a consciência dos funcionários públicos quanto aos riscos de conluio entre os concorrentes
4. Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF
4.1 Impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal na Execução Orçamentária
4.2 Execução Orçamentária e Financeira
4.3 Cumprimento das Metas Fiscais
4.4 Gestão Fiscal Responsável
4.5 Lei Complementar N° 131/2009 (alteração da LRF)
4.6 A LRF como instrumento de controle social
4.7 Os efeitos da LRF sobre o planejamento governamental
4.8 Relatórios de Gestão Fiscal como instrumento de transparência
4.9 Códigos de Ética no Serviço Público.

METODOLOGIA

Aula expositiva, Leitura e Discussão de Textos, Exercícios. Trabalhos em Grupo.

AVALIAÇÃO

Durante o semestre serão aplicadas duas provas individuais e duas atividades complementares. A

primeira avaliação corresponderá a uma prova valendo (8,0) e a uma atividade complementar realizadas em sala de aula valendo (2,0); a segunda avaliação será composta de uma prova valendo (8,0) e de uma atividade complementar realizada em sala de aula valendo (2,0).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BALEEIRO, Aliomar. *Uma introdução a ciência das finanças*. Rio de Janeiro: Forense.
- BRASIL. Lei Complementar 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em: www.federativo.bndes.gov.br
- GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM Ana Cláudia Duarte. *Finanças Públicas – Teoria e Prática no Brasil* – 2. ed. – Rio de Janeiro; Elsevier, 2008.
- MATIAS-PEREIRA, José. *Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil*. São Paulo. Atlas. 2006.
- SILVA, Fernando Antonio Rezende. *Finanças públicas*. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ANDRADE, Nilton de Aquino. *Planejamento governamental para municípios*. São Paulo. Ed. Atlas, 2006.
- ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos e Arruda, Daniel Gomes. *Contabilidade Pública, da Teoria a Prática*. Editora ZNT; Curitiba.
- CARVALHO, Deusvaldo. *Orçamento e contabilidade pública*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. *Manual técnico de orçamento MTO*. Versão 2013. Brasília, 2012. 179 p.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Programa de Apoio à Elaboração e Implementação dos PPAs Municipais. Brasília, 2013. 183 p.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional *Manual de Despesa Nacional: Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios* /Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Orçamento Federal. – 1. ed. – Brasília : Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2008.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional *Manual de Receita Nacional:*

Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios / Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Orçamento Federal.– 1. ed. – Brasília : Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2008.330 p.

SLOMSKI, Valmor. Manual de contabilidade pública. São Paulo. Ed. Atlas, 2003.

PROFESSOR (A) RESPONSÁVEL PELA DISCIPLINA:	COORDENADOR (A) DO COLEGIADO DO CURSO
Prof. Esp. Anilton Santana Melo	Prof ^ª . Dr ^ª . Ana Rita S. Sacramento.

DIREÇÃO ACADÊMICA	DIREÇÃO GERAL
Prof. Dr. José Maria Dias Filho	Prof. Antonio Walter Moraes Lima